

mencionada em defesa. Traz a defesa contradição no ato do julgador, afirmando que a acusada, com ampla capacitação, mestra em educação, recém aprovada em curso de doutorado, sem qualquer antecedente, seja punida com a pena mais gravosa de demissão. Novamente, a aplicação da penalidade de demissão é decorrente de mandamento legal quando do não atendimento das exigências pedagógicas, tudo devidamente comprovado nos autos do processo, portanto, não há que se alegar desproporcionalidade no atendimento do previsto legalmente. Também informa a defesa que a acusada já havia desempenhado a função anteriormente, sem nenhuma reclamação, inclusive recebendo carta de recomendação, o que não olvidamos, contudo, no ano de 2023 não atendeu as exigências pedagógicas, tudo devidamente documentado e comprovado nos Autos do processo. Os anos anteriores não lhe conferem créditos para ser desidiosa em contratos futuros. Insiste na letra da Lei nº 6.844/1986, invocando dessa vez o artigo 164, que trata da necessidade de se apreciar as penalidades de forma escalonada. Reiteramos que o dispositivo legal não é aplicável a servidora ACT acusada neste processo, pois há Lei posterior especifica que regulamenta seu contrato com o Estado por intermédio da Polícia Militar de Santa Catarina. Após uma análise cuidadosa das razões de recurso e seus pedidos, não havendo nenhuma prova contrária a comprovação de desídia na conduta da acusada enquanto coordenadora pedagógica do Colégio Feliciano Nunes Pires – Unidade Laguna no ano de 2023, o que trouxe conforme consta nos autos, um ambiente de trabalho adverso aos demais profissionais e a comunidade escolar ao deixar de atender às exigências pedagógicas, bem como não encontrando fato novo no pedido de reconsideração que pudesse alterar o entendimento desta autoridade julgadora.RE-SOLVO:Manter a decisão, que aponta o não cumprimento das exigências pedagógicas estabelecidas no Projeto Político Pedagógico do Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires (Unidade Laguna), conforme descritas no item 15, incisos II e III do Projeto Político Pedagógico 2023 (CFNP), assim como no item 20, incisos V, XII,XIII e XV do Regimento Interno da Rede de Colégios Policiais Militares (RI-60-401). Em virtude disso, determino a aplicação da penalidade de demissão, conforme previsto nos incisos II e III do artigo 9º da Lei nº 11.496/2000, que regula a admissão em caráter temporário, sob regime especial para o exercício na Polícia Militar de Santa Catarina e estabelece outras providências. À Divisão de Inativos e Civis (DP-4):1. Publicar esta Decisão a respeito do não conhecimento do pedido de reconsideração de ato em razão da intempestividade em Diário Oficial do Estado;2. Cientificar a Acusada por intermédio de seus defensores constituídos dos termos desta Decisão após publicação em DOESC; 3. Encaminhar cópia desta Decisão ao Presidente da Comissão Processante para juntada nos Autos físicos e recebimento de recurso previsto no inciso II do art. 64 da LC nº 491/10, se apresentado pela Acusada, se abstendo de não recebê-lo; 4. Arquivar os Autos físicos e digitais após o decurso de prazo do recurso; 5. O recurso não foi cumpriu os requisitos legais, sendo intempestivo, portanto, manter o registro da penalidade nos assentamentos da servidora ACT matrícula365565-2-02 Márcia Regina Mendes, junto ao Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos - SIGRH. Florianópolis/SC, 27 de agosto de 2024.[assinado digitalmente] FRED HILTON GONÇALVES DA SILVA Coronel PM Diretor de Pessoal

Cod. Mat.: 1019250

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO
(Processo SGPe PMSC 19939/2024)

Trata-se do recurso administrativo interposto pela empresa LS SERVIÇOS DE ELETRÔNICA E INFORMÁTICA LTDA. – EPP contra decisão do Diretor da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças (DALF) da Polícia Militar de Santa Catarina. A decisão resultou na aplicação de sanção pecuniária à Recorrente, no valor de R\$ 949,50 (novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos), devido ao descumprimento das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preço, objeto do Pregão Eletrônico 146/PMSC/2021. A Autoridade Recorrida recebeu o presente recurso, com efeito devolutivo, sendo reconhecida a sua tempestividade, todavia, manteve integralmente a decisão anterior (pág. 163). Em síntese, a recorrente argumenta que os atrasos foram causados por eventos imprevisíveis e alheios à vontade da Recorrente, configurando caso fortuito ou força maior. Sustenta ainda, que enfrentou diversos problemas que impediram a entrega no prazo estabelecido, incluindo bloqueio dos pedidos pela fabricante devido a condições climáticas adversas. É o relatório necessário.

I. **Fundamentação**

No presente caso, a conduta da empresa recorrente demonstra grave descumprimento das obrigações contratuais. AAdministração Pública rege-se pelos princípios da legalidade, moralidade, eficiência e, especialmente no caso das contratações administrativas, pelos

princípios da supremacia do interesse público e da continuidade do serviço público.

A demora de 9 (nove) meses para a entrega dos produtos contratados, conforme manifestação do Chefe do CAD (pág. 92/93), atenta contra esses princípios, acarretando prejuízos evidentes à PMSC e comprometendo a eficiência dos serviços prestados. O professor Marçal Justen Filho, ao comentar sobre os contratos administrativos, destaca que:

"O inadimplemento de um contrato administrativo enseja a aplicação de penalidades ao contratado, pois a Administração Pública, ao firmar um contrato, visa à obtenção de um resultado em prol do interesse público. O descumprimento das obrigações pelo particular não pode ser tratado de forma leniente, sob pena de comprometer a eficácia e a legalidade dos atos administrativos." (*JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 18ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2021, p. 421*) No que se refere à proporcionalidade e razoabilidade, a jurisprudência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) tem se posicionado no sentido de que as penalidades aplicadas em razão de descumprimento contratual devem ser proporcionais ao dano causado, sendo que a inércia da empresa em adimplir sua obrigação dentro do prazo legal autoriza a aplicação de sanções administrativas. Em caso análogo, decidiu o TJSC:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO ANULATÓRIA DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO NO JULGADO IMPUGNADO. ACÓRDÃO QUE ANALISOU DE FORMA CLARA E JUSTIFICADA AS TEMÁTICAS SUSCITADAS, AINDA QUE TENHA CULMINADO COM DECISÃO DESFAVORÁVEL AOS INTERESSES DA EMBARGANTE. MULTA ADMINISTRATIVA APLICADA EM OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. ANÁLISE DA GRAVIDADE DA CONDUTA, DA RELEVÂNCIA DO ATO E DO IMPACTO NO DESCUMPRIMENTO DO AJUSTE E NÃO APENAS NO VALOR ECONÔMICO DO ALUDIDO "PREJUÍZO". INEXECUÇÃO DELIBERADA DO CONTRATO. HIGIDEZ NA APLICAÇÃO DA PENALIDADE. NÍTIDA PRETENSÃO DE REDICUSSÃO DA MATÉRIA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJSC, Apelação n. 5023727-24.2019.8.24.0023, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Sandro Jose Neis, Terceira Câmara de Direito Público, j. 29-11-2022).

No presente caso, a empresa recorrente foi devidamente notificada sobre suas obrigações contratuais, teve oportunidade de justificar os motivos do atraso e até mesmo requerer a prorrogação de prazo, mas permaneceu inerte em diversas ocasiões, inclusive ignorando as tentativas de contato da Administração para solução amigável do problema. A entrega dos produtos somente após o cancelamento da Autorização de Fornecimento revela o descaso da empresa com suas obrigações e com a Administração Pública. Dessa forma, considerando o princípio da proporcionalidade, a penalidade aplicada é compatível com a gravidade da infração cometida pela recorrente. O longo atraso na entrega dos aparelhos de ar condicionado e a falta de comunicação com a Administração Pública justificam a rescisão contratual e as penalidades impostas.

II. **Dispositivo**

Assim exposto, em observância aos princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa, razoabilidade e proporcionalidade, **CONHEÇO do RECURSO** apresentado pela empresa LS SERVIÇOS DE ELETRÔNICA E INFORMÁTICA LTDA. – EPP para, no **MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO**, anuindo com a decisão tomada pelo Diretor da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças – autoridade recorrida.

Restituo os autos à Seção de PAIC para:

1. Publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado (DOE);
2. Intime a empresa da presente decisão;
3. Envio da guia de depósito identificado, para recolhimento da multa no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos;
4. Lance a punição no CADPEN;
5. Esgotado o prazo do item 03, sem o envio do comprovante de pagamento, apure-se eventuais valores a receber e proceda a retenção da multa nos termos do §1º, do artigo 87 da Lei nacional nº 8.666/93;
6. Não havendo valores a receber, requeira a inclusão da empresa no Cadastro de Dívidas Ativas do Estado de Santa Catarina.

Providenciadas as medidas acima determinadas, arquivem-se os autos.
Florianópolis, datado e assinado eletronicamente.

[assinado digitalmente]

Aurélio José Pelozato da Rosa

Coronel PM – Comandante-Geral da PMSC

Cod. Mat.: 1019251

Polícia Civil

PORTARIA Nº 2279/GAB/DGPC/PCSC, de 26/08/2024.
O **DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL**, no uso de suas atribuições, com base no inc. I do Art. 4º do Decreto nº 1.860, de 13/04/2022, e, no processo PCSC 86540/2024, resolve **DESIGNAR** a Servidora **MARIA CAROLINA MILANI CALDAS**, mat. nº 0303989701, DELEGADO DE POLÍCIA DE ENTRANCIA ESPECIAL, para a Função de Chefia, FC 01, Supervisor, a contar de 04/04/2023.

ULISSES GABRIEL

DelegadoGeral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 1019147

PORTARIA Nº 2280/GAB/DGPC/PCSC, de 26/08/2024.
O **DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL**, no uso de suas atribuições, com base no inc. I do Art. 4º do Decreto nº 1.860, de 13/04/2022, e, no processo PCSC 87333/2024, resolve **DESIGNAR** o Servidor **JULIO LUAN SERAFIM TARTER**, mat. nº 0992374801, AGENTE DE POLÍCIA CIVIL, para a Função de Chefia, FC 01, Supervisor, a contar de 28/08/2024.

ULISSES GABRIEL

DelegadoGeral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 1019150

PORTARIA Nº 158/DIAF/DGPC/PCSC, de 27/08/2024
O COORDENADOR ADJUNTO DO FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições, conforme dispõe a portaria de competências do FUMPC, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** o Delegado de Polícia **HENRIQUE GONÇALVES MUXFELDT**, matrícula nº 0650.429-9-01, como Gestor Titular Setorial e a Agente de Polícia **PÂMELA DUTRA**, matrícula nº 0379.011-8-01, como Fiscal das ATAs DE REGISTRO DE PREÇOS PE nº 33902/2024 e 33901/2024.

GUSTAVO OLIVEIRA ALTEMAR

Delegado de Polícia

Coordenador-Adjunto do Fundo de Melhoria da Polícia Civil

Cod. Mat.: 1019209

PORTARIA Nº 2300/GAB/DGPC/PCSC, de 26/08/2024.
A Polícia Civil de Santa Catarina, por seu Delegado-Geral, no uso de suas atribuições legais, resolve **TORNAR SEM EFEITO** a Portaria nº 388/GAB/DGPC/PCSC de 16/08/2024, publicada no DOE nº 22336 de 21/08/2024.

Ulisses Gabriel

Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 1019198

PORTARIA Nº 2293/GAB/DGPC/PCSC, de 27/08/2024.
A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por seu Delegado-Geral da Polícia Civil, **ULISSES GABRIEL**, no uso de suas atribuições legais e em consonância com os preceitos do art. 226 da Lei nº 6843/86, e dos arts. 3º, § 3 e 25 e seguintes, todos da Lei Complementar n. 491/2010, resolve **DESIGNAR** os servidores **ALFEU ORBEN**, Delegado de Polícia de Entrância Especial, matrícula n. 0167677-6-01, **CLAITON ROGÉRIO MICHELS**, Agente de Polícia, matrícula n. 0322168-7-01, classe VIII, e **RODRIGO JÁCOME BRINA**, Agente de Polícia, matrícula n. 0953701-5-01, classe VII, todos servidores da Polícia Civil, para comporem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, a ser presidido pelo primeiro, e concluído, se possível, no prazo de 60 (sessenta) dias, com a finalidade de apurar possível cometimento de infração disciplinar, atribuída na Sindicância Preparatória n. 059/2024, ao Agente de Polícia **M. L. M. de A.**, matrícula n. 0953666-3-01, classe VII, por ter, em tese, no dia 26 de janeiro de 2024, no período da tarde, na delegacia de polícia civil de Navegantes, praticado atos de violência física, desferindo golpe no rosto e cabeça, de um cidadão, durante registro de boletim de ocorrência ocasião em que, aparentemente, retirou forçadamente o aparelho celular que estava em posse daquele, o expulsando do interior da unidade policial, o que pode configurar infrações administrativas previstas no artigo 208, X (*maltratar preso sob sua guarda ou usar de violência desnecessária no exercício da função policial*) e/ou artigo 210, VII (*ofensa física em serviço contra policial ou qualquer pessoa, salvo em legítima defesa*), todos da Lei n. 6.843/86 – Estatuto da Polícia Civil.

Ulisses Gabriel

Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 1019201

EXTRATO DA DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR – PCSC **00125367/2023**
A Polícia Civil de Santa Catarina/Fundo de Melhoria da Polícia Civil, inscrita no CNPJ sob nº 07.188.579/0001-07, considerando o disposto nos autos do Processo PCSC **00125367/2023**, onde figura como contratada **EMPRETEC VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI**, CNPJ **20.668.624/0001-99**, com fundamento no art. 87, II